

A ocupação da Fazenda Burro Branco: história, memória e posições – 1980

*Cristiane Dias de Melo**

Resumo

Em 1980, trabalhadores rurais sem terra ao saberem que uma possível reforma agrária ocorreria na cidade de Campo Erê, oeste catarinense, dirigem-se para o local, ocupando uma extensa área de terra. Tratava-se da Fazenda Burro Branco. A partir daí inicia-se um grande processo de conflitos entre ocupantes, proprietários, comunidade e alguns setores da igreja católica que apoiava a ocupação. O presente artigo procura investigar as razões e desdobramentos dessa ocupação, através da experiência dos próprios agricultores, dando ênfase ao papel político e histórico dessas pessoas comuns em busca de melhores condições de vida para suas famílias.

Palavras-chave: conflito de terra; trabalhadores rurais; história oeste catarinense.

Introdução

(...) porque a terra tava devarda aí, tinha só uns cavalo solto aí pra ocupar a terra, ninguém ocupava, né? E o povo avançaram, daí quando o povo avançaram nós viemo também, eu digo, vamo lá ganhar um pedaço também.¹

A citação acima faz parte de um depoimento oral de um dos participantes de uma ocupação de terra, ocorrida em 1980, na Fazenda Burro Branco, no município de Campo Erê, no Oeste Catarinense. Informados da possível desapropriação de uma grande área naquele município, muitos trabalhadores rurais, com pouca ou nenhuma terra, dirigem-se para ocupar o local, garantindo assim seu pedacinho na distribuição. Porém, a área ocupada não era a prevista para desapropriação pelo INCRA. Mesmo assim, constatando que se tratava de uma fazenda praticamente desabitada e improdutiva, os trabalhadores rurais acampados ali permaneceram. Outras famílias se dirigiram para lá, totalizando ao final da ocupação mais de 300 famílias.

A história dessa ocupação e, principalmente, a experiência vivida pelos trabalhadores rurais ocupantes, são os assuntos desse artigo. Trata-se de uma história de trabalhadores rurais por melhores condições de vida, sendo, portanto, uma história de pessoas comuns. Analisar as experiências dessas pessoas contribui para uma história que quer dar voz àqueles que outrora foram esquecidos, uma história que quer demonstrar que “os membros das classes inferiores foram agentes cujas ações afetaram o mundo (...) em que eles viviam”.² Para Hobsbawm “um aspecto importante da história dos movimentos populares é aquilo que as pessoas comuns se lembram dos grandes acontecimentos, em contraste com que aquilo que seus superiores acham que deveriam se lembrar”³, ou seja, esse tipo de história está centrado na própria experiência de seus agentes históricos.

O conflito de terra que aqui será tratado é um conflito emblemático, considerado o germe do MST de Santa Catarina, constantemente citado nos textos⁴ sobre a luta pela terra e a estruturação

do movimento. No entanto, procurei não utilizar este dado de luta pioneira como memória romântica de um movimento popular, pois essa foi uma ocupação peculiar e, dessa forma, difere-se em muito dos atuais assentamentos do MST. Todavia, é inegável o seu papel de precursor desse movimento em Santa Catarina. Para Poli, essa ocupação foi “um primeiro laboratório de elaboração de experiências organizativas, desenvolvidas pelo MST, que foi importante para as ocupações posteriores”⁵.

Este artigo é fruto de uma pesquisa que usa como fontes reportagens de jornais e documentos da CPT, principalmente os específicos sobre o conflito da Fazenda Burro Branco. Porém, a escolha por uma história vista de baixo, a partir da análise da própria experiência dos ocupantes da Fazenda Burro Branco, aqui nossos agentes históricos, demandou a busca de um tipo de fonte que, apesar de suas dificuldades metodológicas, enriquece e muito esse tipo de história: o relato oral. Hobsbawm considera que esse tipo de fonte ainda enfrenta uma série de dificuldades metodológicas:

(...) hoje a maior parte da história oral é memória pessoal, um meio notadamente escorregadio de se preservar fatos. A questão é que a memória é menos uma gravação que um mecanismo seletivo, e a seleção, dentro de certos limites, é constantemente mutável .

Sem dúvida, é preciso considerar toda essa fragilidade metodológica da história oral, mas creio que esse tipo de fonte é essencial para um trabalho que quer ouvir as pessoas comuns, que nem sempre falam através de outras fontes. E há de se considerar que mesmo as fontes documentadas não devem ser usadas sem uma prévia reflexão. Assim procuramos analisar todas as fontes em conjunto para análises dos fatos, mas consideramos que os relatos orais podem desvendar aspectos das memórias dessa ocupação.

A ocupação da Fazenda Burro Branco

O jornal *O Estado*, de 16 de julho de 1980 anunciava:

Duzentas famílias (aproximadamente 1 mil pessoas) estão ameaçadas de despejo de uma propriedade rural do município de Campo Erê. As famílias de agricultores minifundistas ocupam uma área de 80 colônias que é objeto de litígio desde 1953 entre vários membros da família Taborda.⁷

Essa foi uma das primeiras reportagens entre inúmeras outras publicadas pela imprensa catarinense nos anos de 1980 e 1981, sobre a ocupação de terra que ocorreu na Fazenda Burro Branco, no município de Campo Erê, por agricultores sem terra vindos de vários lugares da região.

Segundo o depoimento de Hélio Viganó, prefeito de Campo Erê na época da ocupação, a Fazenda Burro Branco fazia divisa com uma extensa área de terra, pertencente à Companhia Territorial Sul Brasil, e que, naquela época, foi desapropriada pelo INCRA, devido a inúmeros conflitos dentro da área.

A Fazenda Burro Branco, da família Taborda, de Curitiba, apesar de ser vizinha às terras desapropriadas pelo INCRA, não fazia parte da área de desapropriação, porém, era ocupada, há mais de vinte anos, por cerca de apenas vinte famílias de arrendatários, que pagavam um terço do que produziam aos donos da fazenda. Fora a pequena área em que essas famílias viviam, a fazenda, que segundo o Diário Oficial⁸ media aproximadamente 2.890 hectares, não era utilizada para fins produtivos e, assim como cita a reportagem acima, era objeto de litígio entre os próprios herdeiros desde 1953.

A questão do litígio pairava sobre uma má divisão da propriedade. Enquanto um herdeiro ficou com apenas a área de campo, de menor valor venal, o outro ficou com a área de mata, com pinheiros de grande valor no mercado madeireiro. Diante esses vinte e sete anos de “briga” e nada solucionado, a prefeitura de Campo Erê, entrou com um pedido de desapropriação da área: “(...) aí na época

a prefeitura pediu para o INCRA que desapropriasse essa Fazenda Tabora para que fizéssemos uma preservação ambiental, animal, e coisa né?".⁹

O pedido foi feito e o INCRA estudaria a questão, mas a notícia da desapropriação da área da Companhia Territorial Sul Brasil e, segundo Poli, também de outras áreas nos municípios de Palma Sola e Dionísio Cerqueira (próximos a Campo Erê)¹⁰, estimulou agricultores sem terra a ocuparem a Fazenda Burro Branco. Na verdade, os primeiros a chegarem ao local, que segundo consta no livro de Poli, foram cinco homens da mesma família, e ao que tudo indica um deles trata-se de Baldomar, considerado um dos principais "líderes" da ocupação, declaram que pensavam se tratar da área destinada à desapropriação e só se deram conta de que estavam enganados alguns dias depois:

Daí, sabendo, com a conversa que a gente teve com o pessoal do INCRA, que a terra devoluta, ela deve ser desapropriada pra assentamento e tal, a gente resolveu: vamos ficar aqui mesmo e agora vamos ver o que vai dar.¹¹

A partir daí, muitas famílias, informadas da iminente desapropriação, foram chegando ao local e reservando um pedaço de terra para seu sustento. Vieram de outras regiões de Campo Erê, de outras cidades de Santa Catarina, como Maravilha e Mondai e do Rio Grande do Sul. As famílias iam chegando aos poucos, em pequenos grupos, ou mesmo sozinhas. Ficavam sabendo da notícia da possível desapropriação através de amigos, ou mesmo pelo rádio. Inoêmia, que na época tinha quatorze anos, nos conta que primeiro vieram seu pai e seu irmão "(...) escutaram no rádio e via também o movimento do povo, daí nós tinha bem pouquinha terra e não era documentada, né? Daí o pai veio e pegou um pouquinho a mais".¹²

Foi comum neste processo de ocupação primeiro a vinda dos homens da família para garantir uma área, e só depois então traziam a família. João Pedro de Freitas chegou com um irmão e um cunhado "Nós viemos, as famílias deixemos, né? Nós tava só nós acampados, os homens".¹³

Como nos relatou João de Freitas, cada um que chegava “apartava” o seu sítio e ali ficava para “não entrar outro em cima”, esperando o momento da desapropriação. Era dessa maneira que se “dividia” a área entre os ocupantes. Na área escolhida montavam um barraco e depois buscavam suas famílias. Desta forma, não houve uniformidade no tamanho dos sítios, que variavam entre um e quinze hectares. E em pouco tempo já se contava na área cerca de trezentas famílias.

Sabendo da existência de acampados na Fazenda Burro Branco, o pároco da Igreja Católica de Campo Erê, Afonso Tebaldini, um italiano que estava na cidade há cinco anos, foi até o local para se certificar que realmente se tratava de uma ocupação por parte de agricultores sem terra. O que pôde conferir foi a presença de inúmeras famílias, morando em barracos precários e necessitando de muita ajuda material e política. Assim, juntamente com a Comissão da Pastoral da Terra (CPT) de Chapecó, passou a apoiar os ocupantes, fazendo campanhas para arrecadação de roupas, remédios, alimentos e sementes para o plantio. Também passou a incentivar uma organização entre os agricultores para reivindicarem a desapropriação.

Não demorou muito, porém, para que os conflitos se iniciassem. Em 3 de julho de 1980, os herdeiros da fazenda entraram na justiça para o despejo das famílias e a reintegração de posse. Por outro lado, o “INCRA de Chapecó esteve na área fazendo reunião com os agricultores e encaminhou um processo de desapropriação (nº 585/80) à Coordenadoria Regional do INCRA de Florianópolis em 08/07/80”.¹⁴ Assim, paralelo à ação de despejo, corria o processo de pedido de desapropriação encaminhado pelo INCRA.

Entre a ameaça de expulsão e a possibilidade de desapropriação, os agricultores aguardavam o desfecho do conflito vivendo e trabalhando na fazenda. Além disso, criaram uma comissão composta por ocupantes para representar as famílias que ali permaneciam. A CPT e a Diocese de Chapecó constantemente faziam contatos com o INCRA e com autoridades políticas para que apressassem a desapropriação, temendo um problema social ainda maior, devido às ameaças policiais. Também pediam às comunidades católicas, aos

sindicatos e a alguns políticos de Santa Catarina que se anunciavam em favor do Padre Afonso e dos agricultores acampados na fazenda. Em contrapartida, o juiz de São Lourenço do Oeste, o delegado de Campo Erê e os herdeiros da fazenda continuavam trabalhando na tentativa de expulsar os agricultores e faziam uma campanha contra a ocupação. Eros Taborda Ribas, um dos herdeiros, em um depoimento para o jornal *O Estado*, dizia que a desapropriação era de “desinteresse social”, pois incentivaria “a invasão indiscriminada de outras terras desocupadas”.¹⁵

Comunistas e bandidos

A presença de Padre Afonso na Fazenda Burro Branco, foi de extrema importância, tanto pela ajuda material que este pleiteou junto à Comissão da Pastoral da Terra e Diocese de Chapecó, quanto pelo incentivo a uma maior organização entre os agricultores ocupantes, através de reuniões realizadas na própria fazenda. Segundo o agricultor João de Freitas, nessas reuniões ele pedia que os agricultores aguardassem, continuassem a resistir, pois o processo de desapropriação já estava em andamento. Junto com o padre, geralmente estavam freiras de Campo Erê e José Fritsch, que na época fazia parte da Comissão da Pastoral da Terra de Chapecó. Importante também foi o apoio do Bispo Dom José Gomes, da Diocese de Chapecó, que desde o começo intercedeu a favor do trabalho que Padre Afonso estava desenvolvendo.

No entanto, a ocupação da fazenda mexia com o sossego de Campo Erê. Os herdeiros, seus advogados, autoridades judiciais, entre outros, defendiam o fim da “bagunça”, em nome da propriedade. A divisão de terras soava como uma invasão vermelha naquela região. Significava uma ligação com o comunismo. O advogado dos herdeiros, em depoimentos a jornais catarinenses, disse que a paróquia de Campo Erê estava “confundindo igreja com comunismo” ao tentar fazer “reforma agrária por conta própria”.

(...) quando os padres trocam as batinas pretas por vermelhas, toda a sociedade está ameaçada, principalmente quem possui áreas de terras de grandes extensão. Estes que se cuidem porque tais padres, confundindo a cruz de Cristo com bagunça, podem levar a desordem a ponto de desorganizar a própria família cristã e, conseqüentemente, causar sérios riscos para a coletividade.¹⁶

Padre Afonso era acusado de ser o mandante da ocupação. Para os que estavam contra a desapropriação era ele quem incitava os agricultores a ocuparem a terra, manipulando gente simples e ignorante. Porém, sabemos que o contato do padre com aqueles trabalhadores rurais foi posterior ao processo de ocupação. No entanto, a sua suposta ligação com o comunismo continuava baseando as palavras e ameaças daqueles que não queriam a divisão das terras. O herdeiro Eros Taborda Ribas, em depoimento para o *Jornal O Estado*, argumentava ser católico e que não entendia a atitude do padre, já que “todo comunista é contra a religião católica”.¹⁷ Além dessas afirmações, podemos encontrar a palavra comunista em outros documentos, de certa forma, de caráter um pouco mais ofensivo. Trata-se de panfletos¹⁸ que foram distribuídos na cidade de Campo Erê numa campanha contra o padre:

Catolicismo sim, comunismo não. Chega de confusão. Fora padre Alfonso(sic)
Não admitimos que fechem nossas igrejas. A Igreja é do povo. Fora os Comunistas.
Se a voz do Povo é a voz de Deus, exigimos o afastamento do Pe. Afonso Pe. Baldi de Campo Erê. (sic)

Através dessas acusações ao padre Afonso fica claro o ambiente anti-comunista ainda fortemente presente no país. Apesar da “abertura política” estar acontecendo dentro do regime militar, que já evitava enquadrar acusados na Lei de Segurança Nacional, a ameaça vermelha ainda se fazia presente no imaginário coletivo. A perseguição a padres que lutavam ao lado dos mais pobres era recorrente em todo país, sempre sob a acusação de subversão. Assim, os apoiadores de Padre Afonso temiam que ele fosse expulso do país

enquadrado na recém-aprovada Lei dos Estrangeiros, que impedia a atuação política de pessoas vindas de outro país. Esse temor fundamentava-se na recente expulsão de Padre Vito Miracapillo, que foi obrigado a deixar o Brasil em 30 de outubro de 1980, por atuar “em favor dos cortadores de cana que vivem em condições de vida infra-humanas”¹⁹, na região da Zona da Mata, em Pernambuco, sendo identificado como comunista, subversivo.

Todavia, se por um lado existia uma grande repulsa ao padre, por outro houve uma grande campanha de apoio à Padre Afonso e aos agricultores ocupantes. À paróquia de Campo Erê chegavam muitas cartas com mensagens de solidariedade ao padre.

Duas manifestações pretenderam levar o caso da Fazenda Burro Branco mais ao conhecimento da população catarinense. A primeira foi executada por três partidos políticos: o PT, o PDT e o PMDB, através de distribuição de uma nota oficial no calçadão da Rua Felipe Schmidt, na cidade de Florianópolis, informando o que estava acontecendo no extremo Oeste do Estado, na cidade de Campo Erê:

(...) Nosso país, com um enorme potencial de terras férteis, importa alimentos, e o povo enfrenta filas para pagar um preço absurdo pelo feijão.

Por que, quando existe terra e gente para trabalhar nela?

Por que o Governo não está preocupado em solucionar os problemas do povo brasileiro.

(...) Afirmamos nosso apoio e irrestrita solidariedade à justa causa dessas famílias.

É necessário, por fim à repressão policial de despejo destas 1 mil pessoas.²⁰

Temos, portanto, nessa nota, a clara utilização do que ocorreu na Fazenda Burro Branco como argumento político no discurso da oposição contra o governo militar.

A segunda manifestação de apoio foi a realização de uma missa, em 08 de novembro de 1980. Segundo o “Aviso aos católicos da paróquia de Campo-Erê”, escrita pelo Bispo Diocesano Dom José Gomes, o motivo da missa era “levar apoio ao Vigário pela defesa que faz dos agricultores, dos pobres e dos oprimidos” e “repudiar a

vergonhosa campanha que certos elementos, que se dizem lideranças da Comunidade, estão fazendo, exigindo a expulsão do Vigário”. O aviso também deixa evidente que havia uma tentativa de “pessoas interessadas” em “assustar o povo e impedir a participação na missa”.²¹ A missa contou com a presença de caravanas de comunidades paroquiais, sindicatos, colégios, entre outros, de várias cidades de Santa Catarina, principalmente da região oeste. Segundo o jornal *O Estado*²², cerca de duas mil pessoas participaram da missa, que foi celebrada por Dom José e contou com a presença de 36 padres de diversas paróquias do Oeste Catarinense. Segundo Dom José, o trabalho das pastorais católicas em prol das camadas mais pobres nada tinha de “comunismo”, o que pretendia era acabar com a “injustiça que existe no uso e na posse da terra”.

Além de uma ação comunista, a ocupação da Fazenda Burro Branco, era identificada com o banditismo. Os termos usados pelos que estavam contra os ocupantes para caracterizar o movimento, como podemos verificar em alguns documentos, referem-se a uma ocupação violenta, criminosa, fora da lei. Palavras como “desordem” e “bagunça” foram constantes em cartas e depoimentos daqueles que viam a ação daqueles trabalhadores rurais como uma afronta a propriedade privada e a ordem estabelecida.

A população local também identificava a ocupação como uma ação bandida. No Jornal *A Notícia*, de 18 de novembro de 1980, o repórter relata sua chegada em Campo Erê, onde estava para fazer uma reportagem sobre o que estava acontecendo na Fazenda Burro Branco:

No bar de um hotel onde paramos para comprar cigarros e pedir informações, uma senhora em seus 45 a 50 anos de idade nos preveniu que pedíssemos o auxílio ao delegado local para nos acompanhar até a “Burro Branco”. “Lá só tem jagunço. É tudo bandido que está fugindo da polícia.

Os agricultores se defendiam dessas acusações:

A polícia invade nossas casas, revirando tudo, levando as sementes e estragando nossos alimentos. Nós não somos bandidos, somos agricultores que querem um pedaço de terra para trabalhar.

(...) A acusação de que nós somos bandidos é uma trama combinada pra tirar nós dessa terra.²³

A identificação com o banditismo pode ser constatada ainda hoje. A população de Campo Erê não nos pareceu muito simpática ao que naquela época ocorreu. Em depoimentos não gravados de habitantes da cidade, percebemos que ainda existe um certo preconceito em relação aos agricultores que moram na fazenda. Dizem pouco saber sobre o episódio e não se mostram muito interessados em falar sobre o caso. Uma moradora se referiu a brigas entre os próprios agricultores que participaram da ocupação. Segundo ela, “eles se matavam entre eles mesmos” por causa das terras. Além dessas supostas mortes, a moradora citou a evasão de algumas famílias que teriam “invadido” outras terras, ou seja, para ela, invadir terras é uma prática comum entre essas pessoas. Esta evasão realmente ocorreu, devido a vários problemas que essas famílias enfrentaram após a desapropriação, os quais as impossibilitava de se manter naquelas terras. Muitas delas participaram posteriormente da ocupação da fazenda Annoni, no sudoeste do Paraná, em 1983.

(...) daí invadiram a fazenda Annoni que pertence ao município de Marmeleiro, também naquela época, e daí era uma parte de gente que tinha pouca terra dentro da Taborda, de gente que tinha pouca terra dentro da Sul Brasil, e que se mudou, entende?²⁴

Quando estivemos na fazenda, hoje Vila 12 de novembro, nome dado em razão da data da desapropriação, perguntamos sobre as mortes que a moradora nos havia contado. Os agricultores entrevistados confirmaram que houve uma morte no local em data posterior à desapropriação, porém não se tratava de uma briga por terras,

tipo de conflito que, segundo eles, não ocorreu em nenhum momento. A morte aconteceu em um baile, onde pessoas de outras regiões de Campo Erê também participavam. Dois homens, de outra fazenda, começaram a brigar, por questões antigas, rixas entre famílias. Um deles foi morto.

Se na memória de alguns moradores da cidade de Campo Erê, aqueles homens “invasores” das terras da Fazenda Burro Branco são representados como bandidos, na memória dos próprios agricultores fica a lembrança da amizade e da solidariedade, pois dizem que eram “tudo amigo”, “a gente se ajudava”. Podemos caracterizar essas dúbias lembranças pelo que Alessandro Portelli chama de “duas memórias”, onde um mesmo acontecimento tem representações opostas na memória daqueles que o relatam. Segundo ele, “lidamos com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas”.²⁵

“A gente quer ver estas terras nas mãos dos que nela trabalham”

Desde o fim dos anos 60, a Igreja vinha se preocupando com os problemas das camadas sociais desfavorecidas. Segundo Carmela Panini, “alguns de seus membros posicionavam-se a favor do Estado militar, outros a favor das classes populares”.²⁶ A CPT nasceu desse contexto, denunciando a condição social do trabalhador rural, no ano de 1975. Porém, ao se preocupar com os problemas sociais, criou um grande conflito com o Estado e com grupos mais conservadores dentro da Igreja.

Em Santa Catarina a CPT surgiu em 1977, no IV Encontro Regional de Pastoral Rural e Suburbana, que aconteceu em Lages. Segundo Strapazzon a Igreja Católica foi o referencial mais importante de apoio às diversas lutas de agricultores que surgiram no fim da década de 1970, no Oeste Catarinense.²⁷ A CPT acompanhou todos acontecimentos e apoiou os agricultores. Na ocupação da Fazenda Burro

Branco, a CPT “deu todo apoio em termos de contato com autoridades, alimentação, assistência médica, suprindo necessidades momentâneas”.²⁸

Essa ocupação trouxe à pauta de discussões da CPT de Chapecó o grave problema de famílias sem terra no oeste de Santa Catarina. Segundo o depoimento de um Bispo Diocesano, o caso da Fazenda Burro Branco “chamou a atenção para a possibilidade da ocupação vir a ser uma estratégia de luta pela reforma agrária”.²⁹ A CPT passa então a se articular em apoio às famílias de agricultores sem terra em todo oeste catarinense, num sistemático trabalho de conscientização e estruturação de um movimento de luta pela terra, coordenando encontros nas comunidades.

Strapazzon aponta que sob essa coordenação “os agricultores sem terra organizavam-se em núcleos, comissões municipais e coordenação estadual”,³⁰ desembocando em encontros nacionais entre 1984 e 1985, dando origem ao MST. Através de textos bíblicos, de experiências anteriores de conquista de terras, junto a um esclarecimento sobre as questões políticas e econômicas nacionais que excluem o trabalhador rural, a CPT “cria” uma identidade de agricultor sem terra. Segundo este autor, a CPT “utilizou-se de um discurso *sagrado*, não racional, que lhes destina a terra como propriedade de Deus a qual, sendo deste, é de todos”.³¹ Campigoto chama isso de “reorientação da prática cristã”, onde, “por meio de um discurso”, a CPT “tenta unir a teologia clássica cristã e a análise marxista.”³² Sendo assim, para Strapazzon a identidade do agricultor sem terra se configurou a partir do discurso da CPT e não especificamente devido a sua posição nas relações de produção:

(...) a visão de identidade que se construiu não foi de uma identidade determinada pela posição dos atores nas relações de produção, mas pela articulação de diversas identidades através de um discurso. (...) uma identidade de agricultor sem terra.³³

De fato a CPT era o principal mediador desses trabalhadores, mas delegar à CPT todo papel de condutor de um movimento, a

nosso ver, pode minimizar a participação ativa dos agricultores sem terra. No caso do acampamento da Fazenda Burro Branco, apesar de não haver uma organização sistemática entre os ocupantes anterior ao processo de ocupação, eles permaneceram ali, acampados, resistindo a várias ameaças de despejo e prisões, aguardando a conquista de um pedaço de chão. Como já foi citado, a intervenção da CPT foi posterior à ocupação.

Consideramos que, ao se identificar ao discurso da CPT, esses trabalhadores apenas reconheciam a posição que ocupavam na sociedade; percebiam sua condição de exclusão política e social e a necessidade de união e de luta. A posição desfavorecida dos trabalhadores rurais sem terra nas relações de produção e sociais é o fator de maior importância na configuração do movimento social. Está clara a presença de um discurso aglutinador desempenhado pela CPT no apoio a esses trabalhadores rurais sem terra, mas esse fator, em nossa análise, não diminui a importância histórica e política da ação dos próprios agricultores, que, junto às suas famílias, se incorporam a um movimento social em luta pela terra. Como destaca Maria Bernadete Ramos Flores (et alli), a CPT organizou as bases numa “formação de consciência”, para que os trabalhadores se capacitassem em “assumir a sua própria história”.³⁴ Como aponta Bernardo Mançano Fernandes, “uma ocupação decorre da necessidade de sobrevivência. Acontece pela consciência construída na realidade em que se vive”.³⁵ Portanto, as condições precárias em que se encontravam esses trabalhadores os impulsionaram a ocupar a Fazenda Burro Branco, deixando o espaço onde se encontravam em direção a tentativa de uma vida melhor

Através dos relatos que obtivemos, de relatos presentes em outros trabalhos e em jornais da época, podemos constatar que muitos dos que vieram para a Fazenda Burro Branco possuíam pouca ou nenhuma terra, sendo que grande parte das famílias era composta de muitos filhos. Geralmente moravam em terras de familiares e ao constituírem sua própria família a área se tornava insuficiente

para o sustento de todos “(...) Eu não tinha terra. E meu mano tinha um pedacinho, eu tava lá morando na terra dele”.³⁶

Havia aqueles que compraram terras, mas não conseguiram pagar as prestações e foram expulsos da área em que viviam. Vieram também arrendatários, que não queriam mais trabalhar em terras que não fossem suas, e assalariados, muitos de madeireiras de Campo Erê que haviam sido fechadas. Resumindo, as famílias que ocuparam a Fazenda Burro Branco eram famílias expropriadas do seu meio de sobrevivência: a terra.

De qualquer forma, o ato de ocupar a terra ainda permeava a questão da propriedade privada, do direito legal ao patrimônio. O termo “ocupação”, aqui utilizado por nós, não é encontrado em nenhum documento ou relato, sejam dos que estavam contra, dos apoiadores ou até mesmo dos agricultores ocupantes. O termo que prevalece é “invasão”, palavra que suscita transgressão à propriedade. O ato de “invadir” terras que já possuíam dono, para muitos trabalhadores rurais era errado. Segundo Strapazzon, esta “idéia não tinha muito fundamento na cultura dos agricultores, pois eles têm uma visão de legalidade muito forte”.³⁷ Uma das nossas entrevistadas nos declara essa preocupação:

Acho que era de certo porque era a primeira. A gente não ouvia falar isso de, dessa invasão, de invadir terra dos outro, parece que era uma coisa que a gente não aceitava, né? Ou talvez porque não entendia né?

Para Schwade a noção de legalidade foi superada pela legitimidade, através do trabalho da CPT, “onde aponta-se que *Deus destinou a terra e tudo o que nela contém para todos os homens e povos*. Desta forma, procura-se resistir à noção de propriedade privada da terra, avaliando que terra é posse”.³⁹ Porém, se para alguns era estranho “invadir o alheio”, para outros ocupantes apenas o fato da terra estar improdutiva e praticamente desocupada já justificava a atitude que tiveram, mesmo antes do contato que tiveram com a igreja. E assim que chegaram, trataram de cuidar da terra e plantar

milho e feijão. “Nós temos plantados aqui 10 mil quilos de feijão e 18 mil de milho. Em breve vamos fazer a colheita. Isto dará para sustentar todos e talvez sobre um pouco para ser vendido”.⁴⁰

O ato de chegar e já tratar a terra e nela plantar, além de garantir a sobrevivência no local, também simboliza o direito de estar naquelas terras, que antes não era utilizada produtivamente. Como aponta Hobsbawm, os camponeses “devem não só protestar direito à terra, mas realmente viver e trabalhar a terra (...) Se não se trabalha a terra, não se pode possuí-la com justiça”.⁴¹ Assim, as terras da Fazenda Burro Branco, com a presença daquelas famílias, seriam utilizadas para aquilo que realmente estão destinadas: “a gente quer ver estas terras nas mãos dos que nela trabalham”.⁴²

Os ocupantes enfrentaram muitas dificuldades para permanecerem acampados. Resistir às ameaças de despejo e às pressões policiais, à falta de comida, sementes e roupas e de uma moradia adequada era muito difícil. “Nós morava numa casa que molhava tudo, igual lá fora, né?”⁴³

A resistência era uma forma de luta, resistir era lutar. E existia um forte papel da mulher nesta resistência, pois eram elas que ficavam em casa para enfrentar as entradas policiais na fazenda, enquanto seus companheiros se escondiam no mato, para evitarem confrontos e prisões: “Ah, era difícil, viu? E de vez em quando a polícia chegava, os homens botava as mulheres enfrentar a polícia, né? E eles iam pro mato”.⁴⁴

Devido à presença de muitas crianças na área ocupada, rapidamente foi construída uma escola pela prefeitura de Campo Erê com ajuda da Diocese de Chapecó. Segundo os relatos dos agricultores entrevistados, as primeiras aulas foram dadas em um barraco coberto de palmeiras e então depois foi construída a escola de madeira. A escola contava com duas professoras, que também estavam acampadas na fazenda com seus pais a espera de um pedaço de chão. Eram contratadas pela própria prefeitura. A escola também serviu de espaço para muitas reuniões, missas e encontros de mães. Era um espaço de solidariedade mútua, de convívio e organização cotidiana:

A gente se ajudava, depois entrou assim, não sei se era uma assistente de Campo Erê, através das irmãs, dos padres, reuniam as mães... tinha um monte de criança, né? Que mal alimentada, essas coisas assim. Até aqueles leite de soja, tudo assim, né? Ensinava as mães fazer, as mães, assim, num barraco ali. Era de palmeira, né? Que eles começaram a rezar naquele barraco, fizeram os primeiros batizados, lá bastante criança foi batizado. Depois fizeram uma escolinha de madeira. Daí a gente encontrava lá na escola, fazia as coisas, assim, os alimentos pra come. Ensinavam como... os remédios tudo pras crianças. Até que foi... se uniram⁴⁵ assim e foram criando os clubes de mães que tem até hoje.

Portanto houve uma união para superação das dificuldades. Mesmo que as famílias houvessem chegado por iniciativa própria, sem estabelecer um contato anterior com as outras famílias ocupantes, no processo de instalação e de permanência naquelas terras foram se agrupando, se identificando dentro de um mesmo processo. Criam vínculos e se unem com intuito de alcançarem o objetivo que têm em comum: ganharem seu pedacinho de terra e poderem trabalhar no que é delas, para seu sustento e reprodução, mais que biológica, cultural. Como assinala Schwade o “processo de conquista da terra” envolve “a *passagem* de uma aspiração individual inicial – o acesso à terra – por um projeto coletivo – a luta permanente pela terra para todos”.⁴⁶

Através de cartas e reportagens de jornais pudemos constatar a criação de uma comissão entre os ocupantes que representavam todas as famílias para negociação de seus interesses. Diante das dificuldades enfrentadas pelos agricultores e as constantes ameaças de despejo, essa comissão escreveu uma carta ao então governador do Estado de Santa Catarina, Jorge Bornhausen. Era uma reivindicação para uma atitude urgente do Estado em favor dos ocupantes da Fazenda Burro Branco:

Nós, colonos da Fazenda Burro Branco do Município de Campo Erê, escolhemos no meio de nós esta Comissão para ir conversar com o Sr. e levar essa carta que vai assinada por nós. (...) viemos pra cá porque nossa precisão e necessidade obrigaram nós entrar e trabalhar nessa terra porque não tínhamos para onde ir. (...) nós não temos terra. Nós sem terra

é como um peixe fora da água. Pra nossa maneira de pensar não dá pra concordar que tantos colonos vivam de peão, de arrendatário, quando uma fazenda como esta fica virado em ‘Capoeira’, sem produzir nada, sem dar sustento pra ninguém. (...) Nós não estamos fazendo desordem, o que estamos fazendo é trabalhar (...). Pra nós falta casa, agazalho e alimentos, além de sementes para o plantio.
(...) pedimos providências urgentes, que as autoridades compreendam a nossa situação e que o Governador nos ajude..⁴⁷

Esta carta foi assinada por cerca de setenta ocupantes e levada pela Comissão dos Agricultores, composta por dez homens, em um encontro que tiveram com o governador em Florianópolis, no dia 07 de outubro de 1980, como forma de pressionar uma atitude por parte do Estado, que segundo Fernandes, “só apresenta políticas que atenuam os processos de expropriação e exploração, sob intensa pressão dos trabalhadores”⁴⁸. Portanto, a luta dos trabalhadores rurais sem terra da Fazenda Burro Branco é uma luta coletiva, que levou ao conhecimento da opinião pública e do Estado catarinense o problema da terra na região oeste de Santa Catarina.

Apesar de passarem meses sob a mira do prometido despejo, em 12 de novembro de 1980 o presidente da república, João Figueiredo, finalmente assina a desapropriação da Fazenda Burro Branco anunciado no Diário Oficial de 13 de novembro:

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado “Burro Branco”, situado no município de Campo Erê, no Estado de Santa Catarina, compreendido na área prioritária para fins de reforma agrária (...)⁴⁹

Alegria e um clima de vitória tomaram conta de todos agricultores e apoiadores. A saga desses trabalhadores rurais parecia ter finalmente chegado ao fim. As dificuldades enfrentadas valeram a pena. Pessoas comuns, excluídas social e politicamente fizeram valer os seus direitos, através de sua própria luta, “e daí eu até me senti feliz de poder obter um pedacinho a mais de terra, uma terra boa que era e assim a gente se sente bem porque outro jeito não tem né? Tem que trabaiá”⁵⁰.

Vitoriosos... mas a história continua

A desapropriação da Fazenda Burro Branco em favor dos trabalhadores rurais que a ocuparam é sinal evidente de vitória desses agricultores. Segundo o Bispo Dom José em depoimento ao jornal *O Estado*⁵¹, o problema estava solucionado, tinha finalmente chegado ao fim. Todavia temos que relativizar esta vitória, no que diz respeito ao fim dos problemas. O decreto de desapropriação, por si só, não resolvia de imediato todas as dificuldades enfrentadas pelos ocupantes da Fazenda. Além disso, o INCRA levaria um tempo para regularizar a situação das cerca de 300 famílias, o que dava continuidade ao clima de instabilidade vivido por elas. Em 25 de novembro de 1980 foi escrita uma nova carta pela Comissão dos Agricultores da Fazenda Burro Branco ao governador Jorge Bornhausen:

(...) A pedido da comissão que esteve ai em Florianópolis converçando com o Sr. Governador nós estamos esperando as providencias do Governador, dos pedidos que foi feito na carta entregue naquela oportunidade, que tanto nós necessitamos desta ajuda pois a situação da maioria não está boa.(...) ⁵² (sic)

Até o momento da desapropriação, as famílias recebiam ajuda de campanhas de alimentos, roupas e sementes para o plantio e viviam em barracos improvisados. Agora precisavam de assistência governamental para se estabelecerem adequadamente. Segundo reportagem do jornal *O Estado*, a “ação do governo, justa e oportuna, não deve parar por aí (...) devem dar ampla assistência a esses minifundistas”⁵³. Porém, essa assistência nunca chegava. A Comissão da Pastoral da Terra declarou em fevereiro de 1981:

O Inca precisa solucionar quanto mais cedo possível, pois agora é época de colheita e os colonos querem construir, querem se estabelecer, e não sabem onde ficarão e se têm garantias.⁵⁴

Verificamos, portanto, a lentidão no processo de assentamento dos agricultores e a falta de uma política agrícola em favor dos

mesmos. Em 26 de fevereiro de 1981, a Comissão de Agricultores teve novo encontro com o governador do Estado. Pedia “melhoria nas estradas, escola e urgência na regularização da área”.⁵⁵ Mas as soluções continuavam apenas sendo promessas. Só então em 26 de março é que os agricultores receberam os títulos de suas terras, porém eram títulos provisórios de posse, pois o definitivo deveria ser entregue apenas após a compra da área pelo agricultor, que teria cinco anos para pagar. Mesmo assim, não receberam benefícios para produzirem na terra. Foram assentados e abandonados à própria sorte. Segundo depoimento de João de Freitas, os agricultores da Fazenda Burro Branco nunca receberam assistência financeira para poderem produzir: “Tinha que plantar, plantar e colher e vender (...) vinha o tar de PROCER aí que diz que era pra vim uma ajuda do governo, mas não veio nada, até hoje, até hoje”.⁵⁶

Essa negligência por parte do Estado tornou a melhoria de vida desses trabalhadores rurais em novas terras um objetivo mais difícil de ser alcançado. O ato de simplesmente fazer reforma agrária, sem uma política de manutenção dessas pessoas na terra não é suficiente para um projeto de distribuição justa de terras.

Além da falta de assistência outro fator que não favoreceu a permanência desses agricultores na terra, foi a dinâmica de distribuição da área. Assim como descrevemos no começo deste trabalho, essa distribuição foi feita de acordo com demarcação dos próprios ocupantes que ao chegarem delimitavam sua área e ali permaneciam. Dessa forma, as unidades produtivas distribuídas tiveram tamanhos distintos, não ultrapassando, porém, a área de 15 hectares, segundo norma determinada pelo INCRA. Segundo os entrevistados, algumas famílias ficaram com uma área de apenas um hectare e houve muitos casos em que agricultores dividiam as terras que “demarcaram” com familiares e amigos que chegaram posteriormente. A área desapropriada não era suficiente para o número de famílias que ali chegaram. Portanto, muitos sítios foram titulados com área insuficiente para o sustento de uma família, obrigando muitos agricultores a abandonarem a Fazenda Burro Branco após o processo de desapropriação:

E uma parte foi embora porque foi, foi, cada um tirou um pedacinho, daí era muita pouca terra, uns tiraram muito pouco, porque não tinha mais (?) era tudo família... invadia quando chegava, tinha um pedacinho, ficava aquele pedacinho (...)⁵⁷

De qualquer maneira, nem todos os agricultores da Fazenda Burro Branco foram embora. Hoje ainda há na fazenda algumas das famílias que participaram da ocupação em 1980 e que conseguiram prosperar, mantendo-se nas terras desapropriadas, como é o caso da família de João de Freitas. Apesar das dificuldades enfrentadas no início, hoje ele e sua mulher criam seus filhos numa área de 13 hectares e declaram ter uma vida estável e feliz. Já existe entre eles a terceira geração dos ocupantes, um neto. Infelizmente, casos como dessa família são raros na fazenda, mas ainda assim demonstram que a distribuição justa da terra, com uma eficaz política de assentamento e manutenção das pessoas na terra, pode ser um dos caminhos na superação de problemas sociais tão recorrente no nosso país.

Notas

* Cristiane Dias de Melo, formada em História em 2005 pela Universidade Federal de Santa Catarina, atualmente é professora da disciplina de História no Ensino Fundamental e Médio da rede de ensino público do Estado de São Paulo.

¹ Entrevista com João Pedro de Freitas. 10 de outubro de 2004.

² SHARPE, Jim. *A história vista de baixo*. In BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 60.

³ HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 222.

⁴ Podemos citar os textos: FERNANDES, Bernardo M. “Formação, espacialização e territorialização do MST” In STÉDILE, João P. (org) *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 134; FLORES, Maria B. R. [et alli]. “Imagem e pedagogia, da cruz de cedro renasce uma cidade”. In *Revista brasileira de História*. V. 16, n. 31 e 32. São Paulo, 1996. p. 211; IOKOI, Zilda G. *Igreja e camponeses: teologia da libertação e movimentos sociais no campo – Brasil e Peru, 1964-1986*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1996. p. 91-96; POLI, Odilon. *Leituras em movimentos sociais*. Chapecó: Grifos, 1999. p. 93-101; SCHWADE, Elisete. *A luta pela terra: sentidos de participação*. In *Cadernos do CEOM*. Volume 9. Chapecó: UNOESC, 1995. STRAPAZZON, João P. *E o verbo se fez terra*. Chapecó: Grifos, 1997.

⁵ Idem, p. 101.

⁶ HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. *Op. cit.* p. 221

⁷ *Jornal O Estado*. Florianópolis, 16 de julho de 1980. p. 14

⁸ Decreto n. 85.360. DIÁRIO OFICIAL de 13 de novembro de 1980. *Observação*: Esse decreto anunciava a desapropriação “de interesse social” da Fazenda Burro Branco.

⁹ Entrevista com Hélio Viganó, 11 de outubro de 2004.

- ¹⁰ POLI, Odilon. **Leituras em movimentos sociais**. *Op. cit.* p. 94.
- ¹¹ Depoimento de um dos primeiros ocupantes da Fazenda Burro Branco, considerado um dos líderes dessa ocupação. *Apud.* POLI, Odilon. *Op. cit.* p. 95.
- ¹² Entrevista com Inoêmia de Fátima da Silva Rodrigues. 10 de outubro de 2004.
- ¹³ Entrevista com João Pedro de Freitas. 10 de outubro de 2004.
- ¹⁴ Carta da CPT de Chapecó enviada ao presidente de um Sindicato dos Trabalhadores Rurais não identificado, em 03 de setembro de 1980.
- ¹⁵ *Jornal O Estado*. 17 de outubro de 1980. p. 15
- ¹⁶ *Jornal de Santa Catarina*. 23 de julho de 1980. p. 04
- ¹⁷ *Jornal O Estado*. 17 de outubro de 1980. p. 15
- ¹⁸ Esses panfletos estão guardados no Arquivo da Paróquia Coração de Jesus, em Campo Erê.
- ¹⁹ Circular: Expulsão do Pe. Vito Miracapillo. Escrita por Dom José Gomes – Bispo de Chapecó. 04 de novembro de 1980.
- ²⁰ *Jornal O Estado*. 01 de novembro de 1980. p. 03
- ²¹ *Aviso aos católicos da Paróquia de Campo Erê*. Escrita por Dom José Gomes. Campo Erê, 06 de novembro de 1980.
- ²² *Jornal O Estado*. 11 de novembro de 1980. p. 02
- ²³ Carta dos agricultores ocupantes da Fazenda Burro Branco ao governador Jorge Bornhausen. Campo Erê, 26 de setembro de 1980.
- ²⁴ Entrevista com Hélio Viganó, 11 de outubro de 2004.
- ²⁵ PORTELLI, Alessandro. *O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de julho de 1944): mito e política, luto e senso comum*. In AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta M. **Usos e abusos da história oral**. 5a. edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- ²⁶ PANINI, Carmela. **Reforma agrária: dentro e fora da lei**. São Paulo: Paulinas, 1990. p. 154
- ²⁷ STRAPAZZON, João Paulo. **E o verbo se fez terra**. Chapecó: Grifos, 1997, p. 31
- ²⁸ STRAPAZZON, João Paulo. **E o verbo se fez terra**. *Op. cit.* p. 37
- ²⁹ *Apud* POLI, Odilon. *Op. cit.* p. 100.
- ³⁰ STRAPAZZON, João Paulo. *Op. cit.* p. 54
- ³¹ STRAPAZZON, João Paulo. *Op. cit.* p. 41
- ³² CAMPIGOTO, Jose Adilçom. **Roças empresas e sonhos: jogos e discursos (A CPT em Santa Catarina)**. Dissertação de Mestrado – UFSC, Florianópolis, 1996. p. 74
- ³³ *Idem*, p. 50.
- ³⁴ FLORES, M. B. Ramos et alli. *Imagem e Pedagogia, da Cruz de Cedro Renasce uma Cidade*. In **Revista Brasileira de História**. V. 16, n. 31 e 32. São Paulo, 1996. p. 211
- ³⁵ FERNANDES, Bernardo M. *A ocupação como forma de acesso à terra*. In www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera.html. Data: 2001. Data de consulta: junho de 2004.
- ³⁶ Entrevista com João Pedro de Freitas. 10 de outubro de 2004.
- ³⁷ STRAPAZZON, João Paulo. **E o verbo se fez terra**. *Op. cit.* p. 35.
- ³⁸ Entrevista com Mariléia de Freitas. 10 de outubro de 2004.
- ³⁹ SCHWADE, Elisete. *A luta pela terra: sentidos de participação*. In **Cadernos do Ceom**. v. 9. Chapecó 1995. p. 52.
- ⁴⁰ Relato de Baldomar Schregele. *Jornal A Notícia*. Joinville, 18 de novembro de 1980.
- ⁴¹ HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. *Op. cit.* p. 227.
- ⁴² Relato de Baldomar Schregele. *Jornal A Notícia*. Joinville, 18 de novembro de 1980.
- ⁴³ Entrevista com Mariléia de Freitas. 10 de outubro de 2004.
- ⁴⁴ *Idem*.
- ⁴⁵ Entrevista com Mariléia de Freitas. 10 de outubro de 2004.
- ⁴⁶ SCHWADE, Elisete. *“A luta pela terra: sentidos de participação”*. *Op. cit.* p. 49.
- ⁴⁷ Carta dos agricultores ocupantes da Fazenda Burro Branco ao governador Jorge Bornhausen. Campo Erê, 26 de setembro de 1980 – Arquivo da Paróquia Sagrado Coração de Jesus de Campo Erê.
- ⁴⁸ FERNANDES, Bernardo M. *A ocupação como forma de acesso à terra*. In www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera.html. Data: 2001. Data de consulta: junho de 2004.
- ⁴⁹ *Diário Oficial*. 13 de novembro de 1980.

⁵⁰ Entrevista com Inoêmia de Fátima da Silva Rodrigues. 10 de outubro de 2004.

⁵¹ Jornal *O Estado*. Florianópolis, 13 de novembro de 1980.

⁵² Carta da Comissão dos Agricultores da Fazenda Burro Branco ao Governador do Estado de Santa Catarina Jorge Bornhausen. Campo Erê, 25 de novembro de 1980. – Arquivo da Paróquia Sagrado Coração de Jesus de Campo Erê

⁵³ Jornal *O Estado*. Florianópolis, 13 de novembro de 1980.

⁵⁴ Jornal *Diário da Manhã*. Chapecó, 3 de fevereiro de 1981.

⁵⁵ Jornal *Diário da Manhã*. Chapecó, 28 de fevereiro e 1o. de março de 1981.

⁵⁶ Entrevista com João Pedro de Freitas, 10 de outubro de 2004.

⁵⁷ Idem.

Abstract

In 1980, agricultural workers without land when they would know that a possible agrarian reform would occur in the city of Campo Erê, west of the state of Santa Catarina, had directed for the place having occupied an extensive area of land. It was Burro Branco's farm. Then began a great process of conflicts among occupants, proprietors, community and some sectors of the catholic church who approved this occupation. This paper investigates the reasons and the unfoldings of this occupation through the experience of the proper agricultural workers giving emphasis to the paper politician and description of these common people in search of better conditions of life for their families.

Keywords: Land's conflict; agricultural workers; west of the state of Santa Catarina.

